



Universiteit
Leiden
The Netherlands

Instrumentos musicais nas línguas bantu e a herança no português do Brasil

Mendes Martins de Menezes, A.

Citation

Mendes Martins de Menezes, A. (2024, September 25). *Instrumentos musicais nas línguas bantu e a herança no português do Brasil*. LOT dissertation series. LOT, Amsterdam.
Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/4093421>

Version: Publisher's Version

License: [Licence agreement concerning inclusion of doctoral thesis in the Institutional Repository of the University of Leiden](#)

Downloaded from: <https://hdl.handle.net/1887/4093421>

Note: To cite this publication please use the final published version (if applicable).

INTRODUÇÃO

O estudo comparativo do vocabulário dos instrumentos musicais no universo bantufone pode revelar aspectos interessantes quanto aos costumes e tradições de um povo. Segundo Redinha (1984: 9), “a música, como recreação, ludismo, rito, magismo, comunicação, mágico-medicina e agente psicossocial de variada ação, participa na maior intimidade da alma dos africanos”. Para o autor, o estudo etnológico precisa caminhar junto ao estudo da etnomusicologia. De acordo Le Bomin (2005), o instrumento musical é uma das principais ferramentas à disposição do etnomusicólogo para diferenciar repertórios ou culturas. Nesse contexto, estudos foram desenvolvidos na área e contribuíram com a presente pesquisa quanto à identificação e função dos instrumentos musicais; alguns exemplos: “La musique et son rôle dans la vie sociale et rituelle luba” (Gansemans 1978), “Les instruments de musique Luba (Shaba, Zaïre)” (Gansemans 1980), “Les instruments de musique du Rwanda” (Gansemans 1988), “Instrumentos musicais de Angola” (Redinha 1984), “Les xylophones du Congo Belge” (Boone 1936), “Musiques Bateke – Mpa Atege (Gabon)” (Le Bomin 2004), “Musiques Myènè – De Port-Gentil à Lambaréné (Gabon)” (Le Bomin 2005), “Les instruments de musique au Bas-Congo et dans les régions avoisinantes” (Söderberg 1956).

Os instrumentos musicais no domínio bantu não desempenham simplesmente função musical, é comum encontrar tipos que são empregados em mais de uma atividade. Em comunidades *luba*, Gansemans (1978) destaca três tipos de tambores utilizados em cerimônia ritualística, *ditumba*, *nkumvi* e *kyôndò*, que são tocados no rito *múkándá*¹. O *ditumba*, tambor membranofônico, também é tocado em conjunto com outros tambores do tipo *ngoma* acompanhando ritmos musicais. O *nkumvi* e *kyôndò* são espécies de tambores de fenda que também se destinam à comunicação a distância, sempre se referindo à transmissão de mensagens específicas, ex. sobre o nascimento ou

¹ O termo refere-se ao rito da circuncisão de meninos (Gansemans 1978: 88).

2 Instrumentos musicais nas línguas bantu e a herança no português do Brasil

morte de alguém. Outro instrumento, localizado na mesma região, apresenta dupla função, *lubembo*, um tipo de sino duplo sem badalo (cada lado produz tons diferentes) servindo como instrumento sinalizador e ao mesmo tempo representa símbolo de poder pertencendo a um grande chefe.

Le Bomin (2004) identifica o pluriarco *ngwomí*, na região do Gabão, e destaca sua função como um intercessor privilegiado entre humanos e espíritos; o som produzido fornece energia necessária para que ambos entrem em comunicação.

Em Rwanda, um tipo de trompa musical desempenha tripla função, a *iheémbe*. Este é um instrumento sinalizador, utilizado também para acompanhar as músicas nas danças. Seu som serve como estimulador de força, encorajando caçadores. A mesma também é tocada para encorajar os declamadores de poesia (Gansemans 1988).

Na região sul do domínio bantu, uma espécie de lamelofone, instrumento típico da África, *mbira*, representa a cultura do povo *shona*. Segundo Matiure (2013), o instrumento representa um objeto de poder e é tocado na cerimônia *kurova guva*, ritual sagrado, caracterizado pela crença da purificação. Nesta, quando uma pessoa idosa morre, seu espírito permanece impuro até que a prática seja realizada para limpar o espírito, um ano após o enterro.

Os exemplos, acima citados, indicam quanta riqueza cultural pode ser evidenciada ao se trabalhar com a linguística comparativa no que se refere ao levantamento de um estudo onomasiológico, nesse caso, envolvendo um vocabulário específico. Nesse contexto, Bostoen (2004) contribui e explica que o método comparativo foi praticado também no intuito de reconstruir a história cultural das sociedades contemporâneas bantufones. As línguas rastreiam a herança da cultura, e essa herança é concernente às questões da evolução cultural humana (Grollemund *et al.* 2015).

Línguas africanas: o grupo bantu

Cada língua tem uma história. As palavras de uma língua são as ferramentas e o meio essenciais para as pessoas expressarem e transmitirem seu conhecimento cultural e para conduzirem suas atividades cotidianas e suas relações culturais e sociais com pessoas de dentro e de fora de sua própria comunidade (Fourshey *et al.* 2019: 67).

As línguas bantu provêm do tronco Benue-Congo do filo Niger-Congo e têm como característica principal a presença marcante de prefixos classificadores (Heine & Nurse 2000; Williamson & Blench 2000; Schadeberg 2006). Os falantes de línguas bantu localizam-se em países desde Camarões até a África do Sul. Abaixo, mapa ilustrativo.

Mapa 1 - Localização do bantu

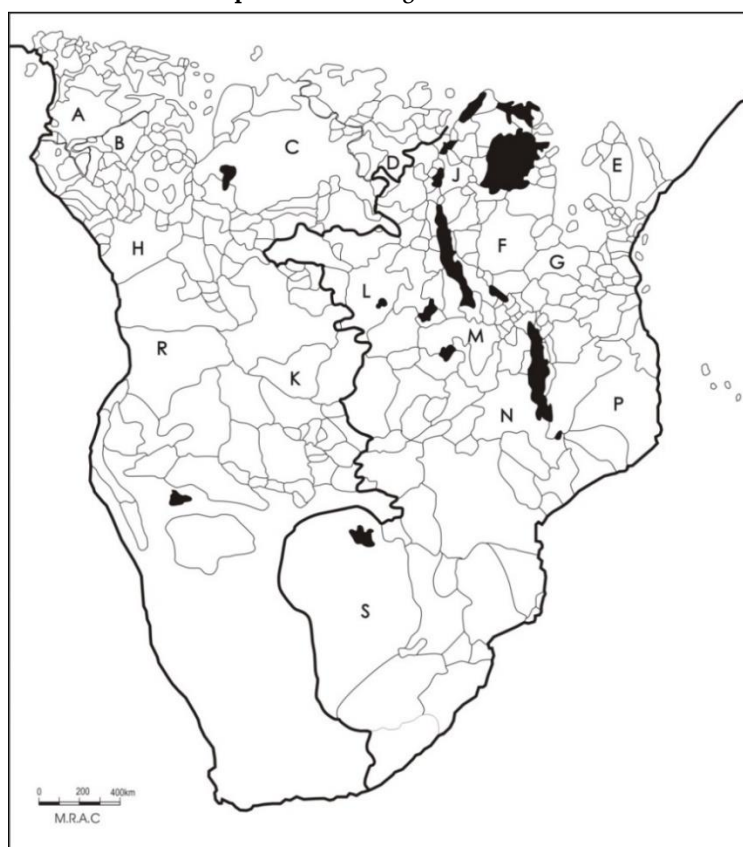


Fonte: Good (2017: 473)

4 Instrumentos musicais nas línguas bantu e a herança no português do Brasil

A família de línguas, estimada de 500 a pouco mais de 600 (Guthrie 1967-1971), (Bastin *et al.* 1999), (Maho 2006), está classificada em 16 zonas (identificadas pelas letras do alfabeto), divididas em 78 grupos linguísticos. As zonas se distribuem em grupos e subgrupos formados por línguas individuais que se assemelham entre si. Essas línguas estão agrupadas em cinco grandes regiões: noroeste com 3 zonas A, B e C; sudoeste com 3 zonas H, K e L; centro com 4 zonas D, L, M e N; nordeste com 4 zonas J, E, F e G e sudeste com 2 zonas P e S. Segundo Fourshey *et al.* (2019: 25), “[...] é importante reconhecer que os falantes Bantu são parte de uma tradição maior e mais antiga ligada aos povos da África Ocidental propriamente dita”.

Mapa 2 - Zonas linguísticas bantu



Fonte: Museu Real da África Central – MRAC, Tervuren, Bélgica

Em 1978, houve a revisão da classificação linguística zonal pelo Museu Real da África Central (MRAC) e a zona J foi reformulada por Meeussen (Bastin 2006).

A subdivisão das zonas é constituída por grupos de línguas localizados em alguns países: zona A (nove grupos): Camarões, Guiné Equatorial, Gabão e Congo Brazzaville; zona B (oito grupos): Gabão, Congo Brazzaville e Congo Kinshasa; zona C (oito grupos): Congo Brazzaville e Congo Kinshasa; zona D (seis grupos): Congo Kinshasa; zona E (sete grupos): Quênia e Tanzânia; zona F (três grupos): Tanzânia; zona G (seis grupos): Tanzânia, Quênia, Somália e Comores; zona H (quatro grupos): Congo Brazzaville, Congo Kinshasa e Angola; zona J (seis grupos): Congo Kinshasa, Ruanda, Burundi, Uganda, Quênia, Tanzânia; zona K (cinco grupos): Congo Kinshasa, Angola, Zâmbia, Namíbia; zona L (seis grupos): Congo Kinshasa e Zâmbia; zona M (seis grupos): Congo Kinshasa, Zâmbia, Zimbábue, Tanzânia; zona N (quatro grupos): Zâmbia, Botsuana, Moçambique, Malaui, Tanzânia; zona P (três grupos): Tanzânia, Moçambique, Malaui; zona R (quatro grupos): Angola, Namíbia, Botsuana; zona S (seis grupos): Zimbábue, Botsuana, Moçambique, África do Sul, Essuatíni, Lesoto.

No aspecto morfológico, as línguas bantu são características por possuírem um criterioso sistema de classes compartilhado e organizado por pares de prefixos, os quais se unem às raízes lexicais para indicar o singular e o plural das palavras. Quanto à fonologia, a maior parte das línguas bantu é tonal e muitas possuem tons complexos. Essas línguas portam dois tons, alto (A) e baixo (B) e poucas não são tonais, ex. swahili (G42), tumbuka (N21), pogoro (G51) etc. (Kisseberth & Odden 2006). Quatro padrões tonais foram reconstruídos no proto-bantu: *AA, *AB, *BB e *BA.

Sistema classificador dos nomes

Para Katamba (2006), o sistema de prefixos de classes dos nomes é a marca registrada da morfologia nominal em bantu. Kadima (1969) considera o

6 *Instrumentos musicais nas línguas bantu e a herança no português do Brasil*

sistema de classes o centro da estrutura das línguas bantu. De acordo com os autores, a característica principal das línguas bantu está na presença de um conjunto de prefixos classificadores que norteiam morfologicamente o seu léxico.

Desde Bleek (1862), os estudos concernentes ao sistema classificador dos substantivos, nas línguas bantu, têm despertado grande interesse na área da Linguística Comparativa Africana. Nessa perspectiva, Jacottet (1896), Meinhof (1899, 1906), Meinhof & Van Warmelo (1932), Doke (1960) continuaram avançando as pesquisas, colaborando e contribuindo com o universo linguístico bantu até a classificação geral reexaminada e efetivada, já com as contribuições das pesquisas de Meeussen (1967), Kadima (1969), Guthrie (1971), Welmers (1973) e Maho (1999).

O sistema classificador dos nomes em bantu é um importante referencial, reconstruído no proto-bantu, descrito e organizado em pares de prefixos que indicam o singular e plural das palavras, função diminutiva, aumentativa, abstrativa, etc. Existe uma classe dominante para indicar o infinitivo dos verbos, a classe 15 indicada pelo prefixo *ku-. Guthrie (1971: 9) reconstruiu os seguintes prefixos: 1 *mu-, 2 *ba-, 3 *mu-, 4 *mɪ-, 5 *yi-, 6 *ma-, 7 *kɪ-, 8 *bi-, 9 *ny-, 10 *ny-, 11 *du-, 12 *ka-, 13 *tu-, 14 *bu-, 15 *ku-, 16 *pa-, 17 *ku-, 18 *mu-, 19 *pi-.

Existe um padrão categórico que relaciona e distingue semanticamente esses classificadores em bantu, dividindo-os em pares, os quais são aplicados, em geral, num determinado contexto, associando-os a nomes de pessoas, animais, plantas, objetos, líquidos, massas etc. Ex. o par 1/2 está associado a nomes de seres humanos, seres animados; cl. 3/4 refere-se a nomes de plantas e seres inanimados; cl. 5/6 está relacionada a nomes de partes do corpo em pares; cl. 6 é empregada em nomes de líquidos e massas; cl. 7/8 está associada a nomes de objetos; cl. 9/10 refere-se a nomes de animais; cl. 11/10 é empregada em nomes de objetos finos e alongados; cl. 12/13 indica função diminutiva e a cl. 14 está relacionada a nomes abstratos. Todavia, esses traços semânticos

podem variar de acordo com particularidades em cada língua, ex. em aka (104) Thomas *et al.* (2008: 111) registra *ngòmí, bàngòmí* cl. 1/2 designando “harpe arquée” e *lóngò, lúngù* cl. 1/2 “cordophone: (arc musical monocorde)” (Thomas *et al.* 2003: 230). Segundo Sallée (1985), a harpa *ngombi* trata-se de um instrumento musical sagrado associado às práticas cerimoniais no Gabão. Por esta razão, possivelmente, o emprego das classes 1/2 esteja associado à personificação do instrumento.

Segundo Bastin (1985), no campo comparativo, as diferenças que se manifestam no funcionamento das classes, em todo o domínio bantu, podem explicar por que um tema, por exemplo, de origem proto-bantu, aparece em várias classes com o mesmo significado, e que as diferenças só podem ser compreendidas se levarmos em conta o aspecto diacrônico dos fatos.

Reconstrução Lexical Bantu

Schadeberg (2002) destaca o progresso da reconstrução lexical bantu num esboço historiográfico de Meinhof (1899) à Bastin *et al.* (1998), mostrando a evolução quantitativa bem como a qualitativa. O autor coloca em evidência um quadro demonstrativo, onde foram propostas, inicialmente, 740 reconstruções lexicais bantu, por Meinhof (1899 – 1910), as quais foram complementadas por Bourquin (1923) totalizando 1450. Meinhof reconstruiu o sistema de sons da protolíngua baseando-se em seu conhecimento acerca das correspondências sonoras regulares. Sua contribuição pioneira foi essencial para o desenvolvimento e continuação dos trabalhos voltados à reconstrução do léxico bantu.

Em 1969, Meeussen colabora corrigindo e refinando as reconstruções lexicais não só quanto à estrutura segmental, mas com informações tonais, seguindo as teorias de Greenberg (1948) que reconstruiu um sistema de dois tons básicos no proto-bantu: *A (alto) e *B (baixo), hoje, seguido pelos estudiosos da área. A sucessão seguiu de acordo com o que já existia; todavia,

priorizando qualidade e não quantidade, como bem ressaltou Schadeberg (2002).

Outro importante trabalho foi realizado por Guthrie (1967 – 1971) e resultou em 2700 séries comparativas através de um método, semelhante ao método comparativo, apoiado em duas etapas que se dividem em estágio 1 - Bantu Comum (BC), onde agrupa itens de diferentes línguas com correspondências sonoras regulares e sentidos idênticos, sendo considerado a base intermediária para se avançar para o estágio 2 - Proto-Bantu (PB); nessa fase, foram feitas as inferências históricas para se chegar às reconstruções (Schadeberg 2002). De acordo com Bostoen & Bastin (2016), a etapa de Bantu Comum para Proto-Bantu envolveu estudos detalhados da mudança sonora, morfológica, abrangendo reanálise analógica, mudança semântica e a distribuição geográfica das séries comparativas de acordo com sua classificação bantu referencial, a qual era composta por quinze zonas. Na análise detalhada, Guthrie constatou três padrões de dispersão: 1) geral, que comporta a totalidade ou a maior parte de todo o domínio bantu, denominado Proto-Bantu X; 2) ocidental, indicando concentração total ou, principalmente, nas zonas A, B, C, H, K, L, R, denominado PB-A (à Oeste); 3) oriental, que se estende totalmente ou principalmente nas zonas D, E, F, G, M, N, P, S, denominado PB-B (à Leste).

Continuando com os trabalhos desenvolvidos no bantu comparativo, Bastin, Coupez e Mumba contribuíram tornando público um banco de dados computadorizado denominado BLR2 (1998), sigla em inglês - Bantu Lexical Reconstructions, que sucedeu o trabalho original manuscrito de Meeussen (1969) intitulado Reconstruções lexicais bantu. O mesmo inclui todas as séries comparativas de Guthrie, os dados de Meeussen e complementações de estudiosos anteriores. À princípio, seria usado como uma ferramenta de trabalho objetivando também, progressivamente, adições e correções (Bostoen & Bastin (2016). Hoje, está disponível a nova versão, BLR3 (2002), que inclui praticamente o mesmo conteúdo, porém, com representação de dados diferenciada.

BLR3 (2002) - Reconstruções Lexicais Bantu

O BLR3 é a terceira versão de uma base de reconstruções bantu, contendo cumulativamente 10.000 itens lexicais (Schadeberg 2002). A primeira versão desse trabalho foi criada em 1969 por Achille E. Meeussen no Museu Real da África Central – MRAC, Tervuren, BE. Ainda como documentos manuscritos, foi compartilhada com outros linguistas interessados que, mais tarde, em 1980, fizeram uma publicação póstuma. A partir de então, esse projeto foi transferido para um banco de dados computadorizado e tornado público em 1998 como Bantu Lexical Reconstructions 2 (BLR2). Hoje, existe a nova edição² (BLR3) revisada por Bastin, Mumba e Schadeberg (2002) com algumas mudanças na classificação das entradas das reconstruções gerais e regionais, bem como adições e correções. A totalidade dos itens não significa reconstruções à nível proto-bantu.

Segundo Bostoen & Bastin (2016), o número cumulativo são associações forma-significado de profundidade e confiabilidade de tempo variável, pois cada entrada (item) possui um status diferente, referente a um código de confiabilidade (Bostoen & Bastin 2016). Segundo Schadeberg (2002), o número é bastante elevado devido vários motivos, mas o principal se apoia na falta de percepção da mudança semântica. O BLR3 agrupa itens que são considerados derivados da mesma raiz em famílias linguísticas. Para cada grupo de itens relacionados, um é destacado para ser o principal, o que antes, no BLR2, eram registrados separadamente, causando assim sobreposição de reconstruções. Os outros itens são classificados em cinco categorias: a) derivados: provenientes de um item principal; b) variantes: considerados relacionados; c) compostos: que contêm duas raízes e estão vinculados a um item principal; d) incluídos: considerados não distintos de algum outro item; e) recusado: considerados deriváveis de algum outro item (Schadeberg 2002).

² Disponível em: https://www.africamuseum.be/fr/research/discover/human_sciences/culture_society/blr

O referido banco de dados (BLR3) é colaborativo e acessível para o uso de pesquisadores nas línguas bantu, principalmente, para aqueles que trabalham na área comparativa.

Método do estudo

O presente estudo que trata do vocabulário dos instrumentos musicais nas línguas bantu e a herança no português do Brasil é resultado de quase nove anos de pesquisa, realizada com o suporte material do acervo bibliotecário especializado do Museu Real da África Central (MRAC – Tervuren, Bélgica). O referido estudo teve início no Centro de Pesquisas Linguísticas da Amazônia (CEPLA), na Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), *Campus* de Guajará-Mirim, RO/Brasil, sob a coordenação (em exercício) da Profa. dra. Marci Fileti Martins (2011/2).

Com o incentivo do prof. dr. Jean-Pierre Angenot (*in memoriam*), se iniciou o trabalho (dissertação de mestrado) sob sua orientação e coorientação do prof. dr. Jacky Maniacky. Para a realização e conclusão da pesquisa, foi consultado todo o acervo, referente às línguas africanas bantu, pertencente à biblioteca do Mestrado em Ciências da Linguagem (MCL) - UNIR.

Em 2014, houve a extensão desse trabalho a uma tese de doutorado com a aceitação do projeto de pesquisa na Universidade de Leiden (Países Baixos), sob a orientação do prof. dr. Maarten Mous (Universidade de Leiden - Leiden, Países Baixos) e continuando na coorientação o dr. Jacky Maniacky (MRAC – Tervuren, Bélgica). Desta vez, o estudo já contava com um dos acervos bibliotecários mais ricos e especializados em línguas africanas bantu (léxicos, dicionários, gramáticas, teses, revistas especializadas, artigos e documentos inéditos) da seção de Linguística e também com o acervo bibliotecário da seção de Etnomusicologia que atualmente, abriga, em sua grande e importante coleção, mais de 8.000 exemplares de instrumentos musicais africanos, dos quais, a maioria é proveniente do Congo.

O trabalho de coleta dos dados comparativos resultou em um banco de dados com mais de 5.700 entradas lexicais. Os dados, referentes ao vocabulário dos instrumentos musicais, nos quais o presente estudo está baseado, provêm de diversas fontes, e a quase totalidade foi coletada no acervo especializado, da biblioteca da sala Lolemi, na seção de Linguística, no Serviço Cultura e Sociedade (MRAC – Tervuren, Bélgica); alguns foram coletados no acervo bibliotecário da seção de Etnomusicologia, e outros foram recolhidos através de comunicações pessoais; estes seguem como nota de referência, nas tabelas, seguidos da expressão “com. pessoal”.

A metodologia utilizada é de caráter bibliográfico e conta com buscas no acervo bibliotecário especializado de duas bibliotecas (sala Lolemi e sala de Etnomusicologia) do Museu Real da África Central - MRAC. A temática do presente estudo, relacionado ao vocabulário dos instrumentos musicais nas línguas bantu e a herança no português do Brasil, evidencia termos pertencentes às quatro famílias de instrumentos: aerofônica, cordofônica, idiofônica e membranofônica.

O método comparativo é a base do referido estudo, apoiado, principalmente, nas teorias de Rankin (2003), Crowley & Bown (2010) e Weiss (2014). Através da aplicação do método cria-se uma técnica de pesquisa na gramática histórica, que consiste em estabelecer a comparação das palavras e estruturas gramaticais de línguas que possuem uma origem comum; dessa forma, pode-se explicar se uma língua pertence ou não a uma determinada família e também determinar, por dedução, características da língua ascendente comum a um conjunto de línguas. A reconstrução de um item lexical, bem como a reconstrução linguística em geral, fundamenta-se no método comparativo que tem sido a ferramenta chave para a investigação da pré-história linguística. Segundo Rankin (2003), a reconstrução linguística é uma das principais ferramentas para entender o passado pré-histórico e a comparação depende de certas características da linguagem e da mudança linguística para funcionar.

12 *Instrumentos musicais nas línguas bantu e a herança no português do Brasil*

Para se reconstruir um item lexical bantu ancestral, a aplicação do método começa pela seleção do maior número possível de cognatos, atestados nas línguas bantu relacionadas. Os cognatos são morfemas com a mesma origem etimológica, relacionados entre si, principalmente, por meio de reflexos sonoros regulares e também pelos sentidos relacionáveis (Bostoen & Bastin 2016). A partir de um dado agrupamento linguístico, as primeiras observações concentram-se em identificar os reflexos sonoros entre as línguas estudadas. Seguindo a análise, com a identificação das correspondências de sons, reconstrói-se os proto-sons de retenções compartilhadas, examinadas no agrupamento dos dados comparativos. Qualquer reconstrução deve envolver o mínimo possível de mudanças entre a protolíngua e as línguas filhas (Crowley & Bower 2010). A comparação é baseada nos princípios de frequência, economia e direcionalidade, por exemplo, em um grande agrupamento, o som mais frequente em um conjunto de reflexos regulares pode ser o representante mais aceitável para a reconstrução, obviamente, baseado no sistema de consoantes reconstruídas no proto-bantu (Bostoen 2019). O método comparativo não é aplicado para gerar hipóteses de relacionamento, ele é uma ferramenta que pode confirmar ou excluir tais hipóteses (Weiss 2014).

Objetivo geral

Reconstruir o léxico bantu no domínio dos instrumentos musicais com base no método comparativo, descrevendo, comparando e analisando os reflexos correspondentes aos temas existentes no BLR3 (2002) e às novas propostas, referentes às quatro famílias: aerofônica, cordofônica, idiofônica e membranofônica, traçando a dimensão histórica a fim de reconstruir o ambiente cultural (musical) que acompanha a era proto-bantu e sua dimensão. E, conseqüentemente, comparar os étimos reconstruídos e/ou propostos com os vocábulos bantuísticos encontrados no Brasil no intuito de confirmar e localizar o ponto de partida dos mesmos.

Objetivos específicos

- Levantar um número expressivo de dados;
- Agrupar as formas que se assemelham quanto ao grau de cognicidade;
- Comparar os reflexos atestados nas várias línguas bantu, observando o grau de semelhança, forma e sentido;
- Reconstruir as protoformas, a partir das suas correspondências nas várias línguas bantu;
- Mapear linguisticamente os temas existentes com contribuições complementares bem como as propostas de temas regionais e/ou mais gerais.
- Identificar e comparar os vocábulos encontrados no português brasileiro para denominar instrumento de música com os temas bantu reconstruídos.

Justificativa

O interesse em investigar o vocabulário dos instrumentos musicais nas línguas bantu e, conseqüentemente, sua relação com o português falado no Brasil constitui-se numa pesquisa que se justifica pelas contribuições com a reconstrução do proto-bantu através de buscas etimológicas e pela constatação de que, após o período do tráfico de escravos (século XVI ao XIX), questões acerca das influências africanas no português brasileiro, têm sido discutidas, porém, a maioria, baseada em documentos antigos que deixam sempre as mesmas lacunas (Bonvini 2014). Nesse sentido, ao tratar-se de um vocabulário específico, baseado num expressivo número de dados linguísticos atuais, levanta-se algumas questões principais que norteiam a temática da pesquisa:

- Que tipos de temas bantu tratam do vocabulário relacionado aos instrumentos musicais?
- Quais são os níveis de profundidade, classes nominais predominantes e as motivações semânticas da maioria desses temas?

- Quais são as contribuições linguísticas à história do Brasil no que se refere às influências bantu no contexto dos instrumentos musicais?

- Em que regiões do domínio bantu se concentram os temas que correspondem aos bantuísmos brasileiros?

No decorrer da discussão da tese, buscar-se-á responder, de acordo com informações obtidas no levantamento dos dados linguísticos atuais, as questões norteadoras.

No que se refere ao registro e organização dos dados, é importante ressaltar que erros de interpretação são possíveis. Relacionado a esse problema, Bastin (1985) adverte que, certas associações, não podem ser compreendidas sem considerar os traços culturais que são a expressão e que, muitas vezes, podem ser ignorados. Nesse contexto, algumas descrições gerais, quanto aos sentidos, serão encontradas, ex. “inst. musical”, “tipo de inst. que se toca com os dedos”. Todavia, o trabalho sistemático de comparação dos dados e a busca na literatura, à luz de alguns teóricos da área como Laurenty (1960, 1972, 1974, 1995, 1996, 1997); Gansemans (1978, 1980, 1988, 2008); Boone (1936); Bastin (1992); Redinha (1984); Kubik (2014); Jadinon (2012, 2016, 2017); Söderberg (1956); Sallée (1985); Fryer (2000); Hulstaert (1935); Le Bomin (2004, 2005); Cloarec-Heiss (1999); Rivière (1999); Schaeffner (1933, 1936); Shaffer (1977); Swiderski (1970), Van Thiel (1977), Matiure (2013), Tracey (1972), Fürniss (1993) ajudaram na identificação de algumas espécies de instrumentos musicais, bem como auxiliaram no direcionamento de algumas sugestões de origem.

A menção aos temas existentes (BLR3) será marcada tradicionalmente pelo sinal gráfico asterisco (*) e as novas propostas de temas e formas, de acordo com o presente estudo, seguem marcadas pelo símbolo grau (°). As reconstruções do BLR3 (2002) seguem com registro de numeração entre parênteses que variam entre 1, 1a, 2, 3, 4 e 5 indicando graus de fiabilidade das mesmas, ex. *-cíbá (3), 5726, cl. 11 “sinal assobiado”. A fiab. (1) significa que a reconstrução é segura e geral com ampla distribuição no domínio bantu;

fiab. (1a) é dada a uma forma derivada e sua raiz é segura e geral; fiab. (2) é atribuída às reconstruções que cobrem toda a área bantu e tem grande distribuição; fiab. (3) significa que a protoforma é regional e segura; fiab. (4) indica que a reconstrução é problemática e a fiab. (5) significa série comparativa com poucas atestações (locais).

Para as classes nominais, buscou-se completar o máximo possível as tabelas referentes aos dados provenientes de fontes sem indicação. As referidas proposições de emparelhamentos de classes foram baseadas em Maho (1999) e seguem sublinhadas nas tabelas, em cada seção e no texto para diferenciar daquelas já indicadas pelas fontes. Contudo, existem casos em que é mais difícil decidir quando, principalmente, não há nenhuma marcação de prefixo. Seguindo o mesmo sistema sublinhado, seguem algumas sugestões (contribuições aos temas e/ou formas reconstruídas no BLR3) de adição de sentido e/ou refinamento. Quanto aos sentidos reconstruídos, particularmente para o tema *-dìmbà (1), optou-se por manter o sistema utilizado por Guthrie (1970) e sinalizado no BLR3, a anotação de (i)/(ii) anteposto ao par de classes 5/6 para separar sentidos diferentes, mas no mesmo campo semântico.

Os temas acompanhados de classes nominais entre parênteses³, ex. *-dàngà (5), 8655, cl. 9/10, (11/10) “cítara (em forma de escudo)”, tratam-se daquelas classes atestadas em menor frequência, de acordo com cada agrupamento; todavia, não menos importantes que as outras, pois há casos em podem ser resultados de fusão, considerando o funcionamento anterior do sistema e os reajustes de acordo com a evolução (Bastin 1985). Nesse contexto, não foi feito um estudo aprofundado para saber a classe nominal de origem de cada tema, o presente estudo limitou-se simplesmente na compilação das classes registradas pelas fontes, assim como o BLR3 (2002).

³ Sistema de Guthrie (1970), utilizado também pelo BLR3.

Por isso, faz necessário, futuramente, pesquisas complementares, a fim de reduzir a listagem e descobrir a classe de origem de cada tema.

Em cada seção, a apresentação dos temas e formas segue de modo sistemático. As reconstruções do BLR3 são identificadas pelo número de fiabilidade entre parênteses, seguido do número identificador de entrada na base de dados, separado por vírgula, ex. *-jígá (4), 1998, cl. (3/4), 11/10, (11/6), 9/10 “chifre, marfim, presa de elefante”. Relacionado às contribuições ao BLR3, no que se refere à sugestão de revisão formal e/ou semântica (finamento de sentido) os temas seguem sinalizados como “tema revisado” e/ou “sentido revisado”; ex. *-déndé (5), 7599, cl. 3/4 “pequeno sino” - tema revisado: °-déndè cl. 3/4, (12/13) “pequeno sino (esp.)”; *-cíbá (3), 5726, cl. 11 “sinal assobiado” - sentido revisado: cl. 11/10, (9/2), (5/6), (3/4) “apito” < cl. 3/4, (5/6), (11/10), (9/2) “chifre musical” < cl. 9/10 “chifre de antílope”.

Quando houver similaridade formal e semântica os temas serão abordados na mesma seção, ex. *-dìbù (4), 958, cl. 5/6, 9/10, (9/2), (11/10) “pequeno sino”/ *-dìbò (4), 957, cl. (5/6), 9/6, 9/10 “pequeno sino”/ *-dìpó (5), 6011, cl. 7 “pequeno sino”. Esses exemplos mostram sentidos idênticos para temas com variação (mínima), porém irregular, de acordo com os dados atestados nas línguas, envolvendo a vogal final, nos dois primeiros casos, e no terceiro envolvendo a C₂ e o tom na última sílaba. Essa variabilidade é resultado do fenômeno chamado osculância, recorrente no domínio da linguística histórica (Bostoen 2001). O importante fenômeno constitui-se de duas maneiras: envolvendo agrupamentos de duas ou mais séries comparativas com o mesmo sentido de ligação, contudo, diferentes na composição da forma, ou formas idênticas com sentidos de ligação distintos. Quando se trata de uma mínima variação deduz-se uma origem comum entre os itens, sendo possível resolver as questões da variabilidade através de uma análise detalhada da evolução fonológica e semântica regulares e decidir entre as reconstruções lexicais. Nesse contexto, Ricquier & Bostoen (2008) enfatizam que, em certos casos, uma melhor compreensão das evoluções fonológicas ou semânticas regulares

pode levar à eliminação da variabilidade assumida entre as reconstruções lexicais.

Para os temas simples que derivam construções reduplicadas também serão abordados no mesmo subitem, ex. °-gudu cl. 7/8, 3/4, 9 “tambor de fenda”/ °-gudugudu cl. 7/8, (9) “tambor de fenda (usado para afugentar aves)”.

Cada vez que um dado, pertencente a um agrupamento, for encontrado fora do bantu, este será mencionado logo abaixo do conjunto de dados, a título de informação, no intuito de mostrar a distribuição do tema além do bantu stricto e, conseqüentemente, a antiguidade do mesmo.

Quanto aos reflexos irregulares, que se referem a cada tema ou forma apresentada, na maioria dos casos, serão mencionados em tabela separada, citada logo abaixo do agrupamento regular. A ocorrência mínima será citada no próprio agrupamento geral, sinalizada e explicada, quando possível.

Os nomes das línguas bantu foram padronizados de acordo com Maho (2009). Algumas seguem com o prefixo, para distinguir, nos casos de nomes semelhantes, ex. ciluba (L31a), kiluba (L33), umbundu (R11), kimbundu (H21), kibembe (H11), bembe (D54).

Quanto à tonalidade, algumas línguas adotam o sistema de economia de tom, ex. sem marcação = tom baixo ou o contrário sem marcação = tom alto, ex. sanga (L35) (Coupez 1976). A cada primeira entrada lexical, nas tabelas, contemplando o referido sistema, será sinalizado em nota de rodapé. No que se refere aos tons das novas propostas de temas e/ou formas, para algumas, não foi possível sugestão, devido, às vezes, ausência de dados em fontes fiáveis; outras vezes, a ocorrência de perturbações e divergências, entre as fontes, também dificultaram a intenção da proposição.

Quanto à direcionalidade dos sentidos e das sugestões de origens de alguns temas e formas, algumas bases teóricas ajudaram a desvendar caminhos, ex. Bréal (1897), Benveniste (1954), Childs (1989, 1994), Bastin (1985),

Schadeberg (2006), Bostoen & Bastin (2016), Fleisch (2008), Grzega & Schöner (2007), Urban (2014), Fortune (1962), Langa (2003) e Nhampoca (2021).

Referente aos bantuísmos brasileiros, mencionados no presente estudo, os mesmos seguem com a transcrição fonética de acordo com o IPA, sugeridos por Angenot, Angenot V. & Maniacky (2013). Cada grupo de vocábulos será abordado de acordo com a classificação de distribuição no domínio bantu.

A apresentação dos mapas segue, às vezes, individual para enfatizar os temas com maior abrangência no domínio bantu e/ou explicar alguma ocorrência específica local. Todavia, a maioria dos temas será ilustrada em conjunto no final de cada discussão dos subgrupos.

Estrutura e organização

O presente estudo estrutura-se em quatro capítulos divididos e organizados da seguinte maneira: Capítulo I - Os instrumentos musicais no universo bantufone, Capítulo II - Abordagem e discussão onomasiológica, Capítulo III - Principais processos de criação lexical aplicados em nomes de instrumentos musicais em bantu, Capítulo IV - Contribuição linguística à história do Brasil: influência bantu no português brasileiro através dos instrumentos musicais.

O primeiro capítulo contextualiza o estudo fazendo uma breve discussão acerca das generalidades antropológicas, destacando, por exemplo, a divisão e subdivisão categórica dos instrumentos musicais (Brancour 1921); as descobertas a respeito das primeiras flautas feitas a partir de ossos de pássaros (Buisson 1990); particularidades de um tipo de trompa musical, em forma de espiral, fabricada a partir de chifres de diferentes antílopes, encontrada na região Leste do domínio bantu (Ganseman 1988); teorias quanto a origem do nome “berimbau” (Shaffer 1977), (Kubik 2014) que designa a mesma espécie de instrumento monocórdio encontrada no Brasil com outros nomes, *lungungu*, *mongongo* e *egobore*; uma espécie de harpa arqueada, considerada

sagrada, encontrada na região do Gabão (Jadinon 2017), a classificação geral segundo Hornbostel & Sachs (1914). Nesse contexto, serão apresentados alguns tipos de instrumentos musicais localizados em diferentes regiões bantufones com a identificação ilustrativa de algumas espécies. A discussão do capítulo finaliza-se com a identificação da função social dos instrumentos musicais em comunidades bantu, mostrando que alguns se destacam em mais de uma função, às vezes, podem ser empregados tanto num ritual como podem representar um símbolo de poder, ou acompanhar os ritmos das músicas e danças.

O segundo capítulo aborda, sob enfoque onomasiológico, temas existentes (BLR3) e novas propostas com o objetivo de evidenciar as várias denominações referentes às famílias aerofônica, cordofônica, idiofônica e membranofônica e, quando possível, indica suas origens, as quais serão abordadas e discutidas no Capítulo III. A apresentação e discussão dos temas segue de acordo com os sentidos divididos em cada grande família de instrumentos. Para os aerofones, por exemplo, no subgrupo das trompas, o estudo revela um tema existente, de pouca fiabilidade, designando em cl. (3/4), 11/10 o sentido “chifre”, o qual através das análises dos dados linguísticos atuais, deriva nas mesmas classes nominais “chifre musical”. A distribuição dos dados do referido tema, no domínio bantu, mostrando a dispersão (com lacunas) nas zonas A, B, C, D, J, K e M e a constatação de outros temas regionais que o suplantaram, mostram a antiguidade do mesmo e, nesse contexto, o estudo sugere-o ao nível PB. Na família cordofônica, serão discutidos vários temas, entre os quais a maioria são temas existentes; dentre eles, destaca-se o tema *-gòmbí, atestado no lado ocidental do domínio bantu, nas zonas A, B, C e H, designando “harpa”. Segundo análises e discussão dos dados linguísticos atuais, o presente estudo sugere que o referido tema designe, inicialmente, em classes variadas, o sentido geral “inst. musical”, atestado no extremo norte do domínio bantu. E, pelo processo metonímico, *-gòmbí passa a designar também em variadas classes nominais “inst. de cordas”. A constatação do sentido primário direcionou a busca

exitosa pela origem do tema. Na família idiofônica, os temas são apresentados e discutidos, organizados em duas subdivisões: idiofones à percussão direta e idiofones à percussão indireta. No grupo da percussão direta, destacam-se dois temas, *-dìmbà, para o qual houve contribuição significativa, principalmente no que se refere à origem, e a proposta de tema °-gudu que deriva a construção totalmente reduplicada °-gudugudu com proposta de origem verbal. Na família membranofônica, apresenta-se sete temas existentes e quatro propostos; para a maioria, o estudo indica origem verbal. Particularmente, para um dos temas existentes, houve contribuição significativa e o estudo atesta a origem do verbo.

O terceiro capítulo apresenta conclusões comparativas resultantes das análises e discussões linguísticas no que se refere ao vocabulário relativo a instrumentos musicais no universo bantufone. Nesse contexto, revela-se alguns processos de criação lexical aplicados em nomes de instrumentos musicais ligados à derivação verbal, derivação ideofônica (com característica onomatopaica), processo metonímico e processo metafórico. Referente à derivação verbal, o estudo constata que muitos nomes são motivados semanticamente pela ação particular de toque do instrumento, bem como outras características principiantes; ex. para os aerofones, destacam-se formas verbais para gritar, soprar, apitar, caçar; para os cordofones, verbos para curvar, bater, fazer barulho, tocar inst. musical; para os idiofones, atestam-se as ações soar, chocalhar, agitar, sacudir, golpear e, para os membranofones, os verbos bater, absorver, esfregar. Concernente à derivação ideofônica, a pesquisa coloca em evidência alguns princípios ideofônicos com características onomatopaicas, envolvendo instrumentos de sopro e percussão. No processo metonímico, destacam-se os tipos: ampliação e especialização de sentido (com mudanças e variação de classes), matéria e objeto (sem e com mudanças e variação de classes).

O quarto capítulo discorre sobre as influências bantu no português brasileiro referentes ao vocabulário em estudo, primeiramente, refletindo acerca da conscientização sobre a importância do estudo da cultura africana. Serão

destacados os primeiros estudos sobre as influências africanas, colocando em evidência as teorias pioneiras de Macedo Soares (1942), Mendonça (2012, primeira edição em 1933), Raimundo (1933) e Silva Neto (1950). Nesse cenário, as visões dos autores nortearão as discussões quanto à formação da língua portuguesa brasileira e, conseqüentemente, as influências africanas. A partir das ideias registradas nas fontes, surgiram novos estudos os quais deram continuidade à investigação das influências africanas bantu; nesse domínio, destaca-se os trabalhos de Castro (2001), Lopes (2003), Fiorin & Petter (2014) e Angenot, Angenot V. & Maniacky (2013). O último citado será a base para a identificação de vocábulos bantuísticos brasileiros, referentes ao vocabulário dos instrumentos musicais, a partir do qual, será feita a correspondência com os temas bantu, seguindo os critérios de classificação estabelecidos por Maniacky (2009): temas com distribuição expansiva contemplando Angola e regiões costeiras dos dois Congos, temas com distribuição restrita contemplando Angola e regiões costeiras dos dois Congos, temas com distribuição fora de Angola e regiões costeiras dos dois Congos, temas com ampla distribuição (a nível proto-bantu). Os vocábulos serão apresentados em tabela organizada em cinco colunas: número de ordem, bantuísmos brasileiros, sentidos de acordo com as descrições das fontes citadas no Glossário (Angenot, Angenot V. & Maniacky 2013), correspondências etimológicas bantu e sentidos reconstruídos ou propostos. Identificados os étimos e a respectiva região ou regiões bantu, o presente estudo mostrará os vocábulos dicionarizados através da comparação em três grandes dicionários da língua portuguesa: Houaiss (2009), Cunha (2010) e Ferreira (2004).

